

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 18 DE MARÇO DE 2025.**

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASEARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASEARA, ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica concedido o reajuste de **6,27%** sobre o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caseara.

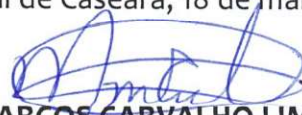
**Art. 2º** Para fins de abrangência dessa Lei, considera-se integrante da classe docente, o profissional investido nos cargos de Professor Nível I, Professor Nível II, Professor Nível III em efetivo exercício da docência, que ministra aulas ou cursos em todas as modalidades e níveis educacionais compreendidos no Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 3º** O reajuste estabelecido nesta Lei Complementar será aplicado aos professores efetivos e contratados que integram a rede municipal de ensino de acordo com suas respectivas jornadas de trabalho.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caseara, 18 de março de 2025.



**MARCOS CARVALHO LIMA**  
PREFEITO

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 18 DE MARÇO DE 2025.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Vereadores (as),

A par de cumprimentá-lo, venho a respeitosamente a presença de Vossa Excelência, na condição de Prefeito do Município de Caseara, remeter à análise desta Colenda Câmara Legislativa, Projeto de Lei que “ *Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos professores da rede pública municipal de educação do município de caseara e dá outras providências*”.

O presente **Projeto de Lei Complementar nº 004/2025** tem por objetivo conceder o **reajuste do piso salarial** aos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caseara, em conformidade com o índice estabelecido pelo Governo Federal, que fixou o percentual de **6,27%** de reajuste para o ano de 2025, elevando o piso nacional para R\$ 4.867,77 (Quatro Mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos) para uma jornada de 40 horas semanais.

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento do nosso município, e a valorização dos profissionais do magistério reflete diretamente na qualidade do ensino ofertado aos nossos alunos.

O reajuste proposto visa garantir a devida adequação dos vencimentos dos professores aos novos valores estabelecidos nacionalmente, assegurando o cumprimento da legislação vigente e dos compromissos da gestão municipal com a educação.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta propositura, reafirmando o compromisso desta Administração com a valorização da classe docente e o fortalecimento da educação municipal.

Atenciosamente,



**MARCOS CARVALHO LIMA**  
**PREFEITO**

## ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO

Município de Caseara – TO

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto financeiro da aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025 no **Município de Caseara**, conforme estabelecido na **Portaria MEC nº 77, de 29 de janeiro de 2025**. O estudo considera o reajuste de 6,27% sobre o piso salarial vigente e seus reflexos na folha de pagamento municipal, respeitando as diretrizes fiscais e o equilíbrio financeiro do município.

### 2. BASE LEGAL

Este estudo fundamenta-se na **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)**, que, em seu **art. 16, inciso I**, exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro para ações governamentais que aumentem despesas. O **§2º do art. 16** reforça a necessidade de transparência ao apresentar premissas e metodologias utilizadas.

Ademais, a análise está embasada nas seguintes normativas:

- **Lei nº 11.738/2008** – Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- **Portaria MEC nº 77/2025** – Atualiza o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para R\$ 4.867,77, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025;
- **Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que garantem a previsão da despesa dentro dos limites fiscais do município.

Esse arcabouço normativo assegura que a implementação do reajuste salarial está alinhada à legislação vigente e à responsabilidade fiscal do município.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica foi instituído com o objetivo de valorizar os profissionais da educação e garantir condições salariais mínimas para o exercício da docência no setor público. A regulamentação desse piso salarial é

fundamental para assegurar a qualidade da educação, promovendo a retenção de profissionais qualificados e incentivando o desenvolvimento educacional. O reajuste do piso, realizado anualmente, impacta diretamente o orçamento dos entes federativos, exigindo planejamento e adequação financeira por parte dos municípios para cumprir as diretrizes legais sem comprometer a gestão fiscal.

#### 4. ESTIMATIVA DE DESPESA

##### 4.1. ESTIMATIVA DE DESPESAS COM A APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL

O presente estudo apresenta o resultado das medidas diretamente relacionadas a aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025 no **Município de Caseara**, conforme estabelecido na **Portaria MEC nº 77, de 29 de janeiro de 2025**.

**Tabela 1 – Estimativa de Despesa com Aplicação do Piso Salarial**

Descrição	Valor Atual (R\$)	Proposta (R\$)	Aumento Mensal (R\$)	INSS Patronal (12%) (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)	Custo Total Anual (R\$)	Total Geral Anual (R\$)
Salários (inclusive férias e 13º salário)	531.846,05	557.741,80	25.895,75	3.107,49	29.003,24	386.613,19	8.326.862,03
<b>Total</b>	<b>531.846,05</b>	<b>557.741,80</b>	<b>25.895,75</b>	<b>3.107,49</b>	<b>29.003,24</b>	<b>386.613,19</b>	<b>8.326.862,03</b>

**Metodologia de Cálculo:**

- **Valor Atual (R\$):** Mostra o custo atual da folha de pagamento antes da aplicação da proposta;
- **Proposta (R\$):** Indica o novo valor proposto após a implementação do piso;
- **Aumento Mensal (R\$):** Apresenta o valor adicional que será necessário mensalmente para cobrir os reajustes salariais;
- **INSS Patronal (12%) (R\$):** Calcula o custo adicional referente à contribuição patronal ao INSS sobre o aumento salarial;
- **Custo Total Mensal (R\$):** Representa a soma do aumento mensal com o INSS Patronal;
- **Custo Total Anual (R\$):** Multiplica o custo total mensal por 12, já incluindo 1/3 de férias e 13º, fornecendo o impacto financeiro anual.
- **Total Geral Anual (R\$):** Valor da folha de pagamento total incluindo todos os vencimentos e encargos já implementado a proposta.

Desta forma, nota-se que:

A estimativa de despesas com a aplicação do piso salarial nacional para os Profissionais da Educação Básica do Município de "[nome do município]" aponta para um impacto financeiro relevante, com um aumento anual calculado em **R\$ 386.613,19**, considerando o reajuste nos salários, o acréscimo do INSS patronal e demais encargos.

A aplicação do piso salarial tem como principal objetivo valorizar os profissionais da educação, assegurando melhores condições remuneratórias e contribuindo para a retenção e a motivação desses servidores, além de fortalecer a qualidade do ensino oferecido na rede pública municipal.

O impacto total anual estimado para a folha de pagamento, após a aplicação do piso salarial, atinge **R\$ 8.326.862,03**, englobando salários, encargos, férias e 13º salário, o que demonstra a importância de um planejamento orçamentário adequado para absorver este acréscimo nas despesas.

## 4.2. ESTIMATIVA ANUAL DA DESPESA 2025-2027

A tabela abaixo apresenta a projeção da despesa anual, incluindo a folha atual de 2025, a proposta com a inclusão dos contratos temporários e as projeções corrigidas para os anos seguintes:

**Tabela 2 – Estimativa Anual da Despesa (inclusive férias e 13º salário)**

Descrição	2025 Atual	2025 Proposta	2026	2027
Salários (inclusive férias e 13º salário)	17.842.319,57	18.228.932,76	19.151.316,76	20.120.373,39
<b>Total</b>	<b>17.842.319,57</b>	<b>18.228.932,76</b>	<b>19.151.316,76</b>	<b>20.120.373,39</b>

*Metodologia de Cálculo:*

1. **Estimativa da folha de pagamento para 2025**
  - A projeção da folha de pagamento para 2025 foi realizada com base em fev/2025, incorporando os reajustes propostos e considerando a variação prevista para os próximos 12 meses.
  - O percentual do INSS Patronal para 2025 e de 12%, considerando a continuidade da política de desoneração da folha de pagamento.
2. **Projeção para 2026 e 2027**
  - Para os anos subsequentes, 2026 e 2027, a atualização dos valores foi realizada utilizando como referência o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado dos últimos 12 meses até fevereiro de 2025.
  - O IPCA considerado para o cálculo foi de 5,06%, conforme dados publicados pelo IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

Desta forma, nota-se que:

- a) A estimativa de despesas com a folha de pagamento para o exercício de 2025 considera a atualização dos salários atuais, incluindo férias e 13º salário. O custo total previsto passa de **R\$ 17.842.319,57** para **R\$ 18.228.932,76**, o que representa um aumento de **R\$ 386.613,19** (trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e treze reais e dezenove centavos). Esse acréscimo decorre da aplicação do novo piso salarial nacional para os profissionais da educação e reflete o compromisso com a valorização da categoria.
- b) Para os exercícios de 2026 e 2027, as projeções consideram a aplicação de um índice de correção com base na expectativa inflacionária, resultando em um custo estimado de **R\$ 19.151.316,76** para 2026 e de **R\$ 20.120.373,39** para 2027. Esses valores foram ajustados considerando a preservação do poder de compra e a manutenção dos reajustes salariais necessários.
- c) Os valores projetados contemplam todas as obrigações trabalhistas, como férias e 13º salário, garantindo uma estimativa financeira sólida para o planejamento orçamentário do município. Dessa forma, busca-se assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais oferecidos à população.

## 5. FONTES DE FINANCIAMENTO E RECEITA

Os recursos serão oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), composto por recursos provenientes

de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

**Tabela 3 – Estimativa Anual de Receita**

Descrição	2025	2026	2027
Receita FUNDEB	8.292.519,07	8.712.120,53	9.152.953,83
Total	8.292.519,07	8.712.120,53	9.152.953,83

**Metodologia de Cálculo:**

1. **Projeção para 2026 e 2027**
  - Para os anos seguintes (2026 e 2027), foi utilizado como critério de atualização o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos últimos 12 meses até fevereiro de 2025.
  - O IPCA utilizado foi de 5,06%, conforme publicação do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).
  - Assim, os valores foram ajustados aplicando esse percentual sobre a receita do ano anterior.

## 6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O artigo 26 da Lei nº 14.113/2020 determina que **pelo menos 70% dos recursos do FUNDEB** devem ser utilizados para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício nas redes públicas.

Dessa forma, evidencio:

**Tabela 4 – Consolidado de Receitas e Despesas com pessoal**

Total Custo Despesas	R\$ 8.326.862,03	%	Diferença
Receita FUNDEB	8.292.519,07	100,41%	-R\$ 34.342,96
Receita Total (MDE + FUNDEB)	R\$ 10.687.972,41	77,91%	R\$ 2.361.110,38

Em análise comparativa entre as despesas com pessoal e as receitas vinculadas à educação, observa-se que o custo total com despesas atinge **R\$ 8.326.862,03**, enquanto a receita do FUNDEB prevista para o período é de **R\$ 8.292.519,07**. Esse cenário resulta em um percentual de comprometimento de **100,41%**, indicando que as despesas ultrapassam a receita do FUNDEB em **R\$ 34.342,96**, evidenciando a necessidade de complementação de recursos para equilibrar o orçamento.

No entanto, ao considerar a Receita Total (soma de FUNDEB e demais recursos do MDE), o montante disponível eleva-se para **R\$ 11.164.461,07**, reduzindo a pressão sobre o FUNDEB e resultando em um percentual de comprometimento de **74,58%**. Isso gera uma diferença positiva de **R\$ 2.837.599,04**, ampliando a capacidade financeira do município para fazer frente às despesas com pessoal e demais obrigações da educação básica.

Esse cenário destaca a importância do planejamento orçamentário, uma vez que a dependência exclusiva dos recursos do FUNDEB para o financiamento da folha de pagamento da educação já apresenta um déficit significativo. A necessidade de complementar essas despesas com outras fontes indica que a sustentabilidade financeira das remunerações do

setor educacional está atrelada à manutenção de um equilíbrio entre receitas e despesas, evitando possíveis impactos negativos no orçamento municipal.

A **Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)** estabelece no **artigo 20, inciso III, alínea “b”**, que a **despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal não pode ultrapassar o limite de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL)**.

Dessa forma, evidencio:

**Tabela 5 – Impacto sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)**

Descrição	2025	2026	2027
Receita Corrente Líquida	41.337.673,87	43.429.360,16	45.626.885,79
Gastos com pessoal acumulados	18.228.932,76	19.151.316,76	20.120.373,39
Percentual de gastos com pessoal	44,10%	44,10%	44,10%

Conforme demonstrado na **Tabela 5**, o percentual de **gastos com pessoal** projetado para os anos de 2025, 2026 e 2027 apresenta um crescimento gradual, com valores de **44,10%**, **44,10%** e **44,10%** da Receita Corrente Líquida, respectivamente. Esses percentuais permanecem **abaixo do limite máximo estabelecido**, evidenciando um **controle fiscal responsável**, assegurando o equilíbrio orçamentário e a conformidade com os parâmetros legais.

Observa-se que o crescimento dos gastos com pessoal segue uma tendência moderada e previsível, o que indica um **planejamento adequado** da folha de pagamento e um alinhamento estratégico com a capacidade financeira do município. Entretanto, é importante ressaltar que, durante a execução orçamentária dos anos subsequentes, podem ocorrer **variações nesse percentual**, influenciadas por fatores como alterações na arrecadação, novas contratações, reajustes salariais e outras despesas ainda não previstas nesta estimativa. Dessa forma, o **acompanhamento contínuo** da execução financeira será essencial para garantir o **cumprimento dos limites legais** e evitar desequilíbrios.

## 7. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada dos impactos do aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025 no **Município de Caseara**, conforme estabelecido na **Portaria MEC nº 77, de 29 de janeiro de 2025**, e considerando os princípios da administração pública, conclui-se que:

Dessa forma:

- O percentual de comprometimento da receita do FUNDEB com despesas de pessoal atingiu **100,41%**, demonstrando que os custos já ultrapassam a totalidade dos recursos disponíveis nessa fonte, resultando em um déficit de **-R\$ 34.342,96**. Esse cenário exige complementação de outras fontes de receita para equilibrar a folha de pagamento da educação.

- b) Considerando a **Receita Total (FUNDEB + MDE)**, os gastos com pessoal representam **74,58%** dos recursos, resultando em um superávit de **R\$ 2.837.599,04**. Isso indica que, embora o FUNDEB isoladamente não seja suficiente para cobrir as despesas, o orçamento geral da educação ainda se mantém dentro de um limite sustentável.
- c) Os percentuais projetados para os anos de **2025, 2026 e 2027** indicam um controle fiscal responsável, com os gastos com pessoal mantendo-se estáveis em **44,10% da Receita Corrente Líquida (RCL)**, abaixo do limite máximo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse indicador evidencia um planejamento estratégico adequado para evitar excessos e garantir a sustentabilidade financeira do município.

Por fim, verifica-se que, apesar do déficit apresentado na execução atual do FUNDEB, a gestão orçamentária municipal tem garantido equilíbrio ao complementar os gastos com outras fontes de receita. Contudo, o acompanhamento contínuo da execução financeira será essencial para evitar impactos futuros no orçamento, especialmente diante de possíveis variações na arrecadação, reajustes salariais e novas demandas. Medidas corretivas e ajustes estratégicos poderão ser necessários para assegurar a conformidade com os parâmetros fiscais e a manutenção da qualidade da educação pública municipal.

☒ ( X ) ADEQUADO

☐ ( ) INADEQUADO

Caseara – TO, 18 de março de 2025.

WITAL NETO BORGES Assinado de forma digital  
DE por WITAL NETO BORGES  
SOUSA:04193126170 DE SOUSA:04193126170

**WITAL NETO BORGES DE SOUSA**

CRC-TO 005624/O-0

Contador

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/01/2025 | Edição: 22 | Seção: 1 | Página: 31

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MEC Nº 77, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Divulga o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e em conformidade com o disposto na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, bem como na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica atualizado o valor do Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN, do Magistério Público da Educação Básica, no exercício de 2025 para R\$ 4.867,77 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), na forma prevista na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

**CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.